

Reunião Interparlamentar promovida pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo Desinformação (INGE)

Responder à ingerência estrangeira em cooperação com democracias que partilham os mesmos princípios

(BRUXELAS, 09 NOVEMBRO DE 2021)

Relatório

Decorreu no passado dia 09 de novembro de 2021 a Reunião Interparlamentar dedicada ao tema Responder à ingerência estrangeira em cooperação com democracias que partilham os mesmos princípios, organizada pela Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo Desinformação (INGE).

Dadas as restrições à circulação impostas pela pandemia COVID-19, o evento decorreu em ambiente virtual, tendo as delegações e oradores participado por videoconferência.

A delegação da Assembleia da República integrou os seguintes Deputados:

- Deputado Eduardo Teixeira (PSD), Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Deputado Sérgio Marques (PSD), Membro da Comissão de Assuntos Europeus
- Deputada Ilídia Quadrado (PSD), Membro da Comissão de Cultura e Comunicação
- Deputado José Magalhães (PS), Membro da Comissão de Cultura e Comunicação

A agenda da Conferência é a constante do documento n.º 1, em anexo ao presente Relatório.

A assessoria à delegação foi assegurada pelo Assessor Parlamentar da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, João Coelho, com contributos do Assessor Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus, Gonçalo Pereira.

Sessão I

Ingerência Externa nos Processos Democráticos da União Europeia

Esta sessão foi presidida pelo Presidente da Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo Desinformação, Raphaël Glucksmann.

Intervieram, como oradores principais, o Secretário-Geral do Serviço de Europeu para a Ação Externa, Stefano Sannino, e a Deputada ao Parlamento Europeu, Sandra Kalniete.

Stefano Sannino começou por afirmar que a União Europeia está permanentemente a ser confrontada com novos tipos de ameaças, em particular ameaças híbridas e, em resposta, necessita adotar uma postura ágil, capaz de reagir atempadamente no controlo e na atenuação destes fenómenos, frisando que o modelo europeu, promotor da liberdade de expressão e aberto ao mundo, é particularmente vulnerável a influências externas. Sublinhou que o sucesso no combate à manipulação de informação e desinformação depende da colaboração proativa entre as diferentes partes envolvidas, nomeadamente entre as Instituições Europeias, os Governos e os Parlamentos nacionais, destacando o contributo do Parlamento Europeu no financiamento dos [*Grupos de Trabalho StratCOM*](#)¹ do Serviço Europeu para a Ação Externa. Sugeriu que a manipulação de informação e desinformação devem figurar nas discussões em curso sobre a Bússola Estratégica da UE, dado tratar-se de uma ameaça presente, permanente, bem financiada e de natureza complexa, com tendência de crescimento, que visam áreas de interesse estratégico da União, como as alterações climáticas, o

¹ Comunicação Estratégica

combate à pandemia COVID-19, as migrações e asilo e os processos eleitorais. Constatou que estas temáticas têm adquirido mais espaço na agenda europeia, em particular desde 2015, destacando medidas adotadas na promoção da narrativa europeia em países pertencentes à periferia da UE, através de incentivos direcionados a apoiar o jornalismo independente e crível, com particular destaque para a Geórgia e Ucrânia. Mencionou, também, o trabalho levado a cabo pelo mecanismo de alerta criado pelo SEAE que, referiu, tem agilizado a cooperação interinstitucional no contexto europeu. Na dimensão externa, informou que o SEAE colabora ativamente com o mecanismo de resposta rápida do G7, permitindo um diálogo célere e eficaz com outras democracias similares, bem como organizações internacionais, incluindo a OTAN. Em resposta às recomendações elencadas no projeto de relatório em análise, informou que o SEAE tem disponível um conjunto de ferramentas direcionadas a prevenir e combater este tipo de ameaças, sugerindo, contudo, que a União procure desenvolver novas políticas que imponham um custo efetivo e real a quem promove desinformação e disseminação de informação falsa. Alertou para um futuro caracterizado pela crescente complexidade das técnicas utilizadas por novos atores na produção de desinformação em locais com pouca literacia tecnológica, como a África subsariana, com impacto direto no sucesso das missões PCSD presentes naquela região. Reiterou que a eficácia no combate a estes fenómenos depende, em larga parte da cooperação internacional, instando à criação de um quadro regulatório único, transnacional, que harmonize a resposta das democracias liberais.

Sandra Kalinete apresentou o [projeto de relatório](#) que culmina o trabalho da Comissão, elencando conclusões e recomendações a apresentar às Instituições Europeias, Governos e Parlamentos dos Estados-Membros. Começou por reportar que a ingerência estrangeira, a manipulação da informação e a desinformação constituem uma violação das liberdades fundamentais de expressão e de informação, que coloca em perigo os processos democráticos na UE e nos seus Estados-Membros, em particular no que respeita à realização de eleições livres e justas. Referiu que o desenvolvimento de uma estratégia coordenada da UE contra a ingerência externa deve ter por base o elevado risco que o fenómeno representa para a sociedade no seu todo, incentivando à mobilização de todas as partes interessadas, incluindo das diferentes instituições europeias. Esta estratégia, disse, representa uma oportunidade de excelência para potenciar a resiliência da União, sugerindo, em complemento, a rápida implementação de melhorias no conhecimento situacional deste tipo de campanhas, em

particular através da monitorização, em tempo real, das atividades levadas a cabo por atores externos. Reiterou que os Estados-membros devem incluir programas de formação focados na literacia digital, a fim de combater a falta de sensibilização que existe nesta área. Deu nota da crescente utilização de plataformas em linha para fins de ingerência e de manipulação de informação, uma prática que só pode ser eliminada através da implementação de um quadro regulatório robusto, do reforço das políticas de Cibersegurança, da adoção de medidas dissuasão e da aplicação de sanções coletivas. Instou as instituições da UE a continuarem a cooperar com os Grupos de Trabalho StratCOM do Serviço Europeu para a Ação Externa, sugerindo a urgente implementação de regras vinculativas que comprometam as plataformas em linha a identificar, avaliar e atenuar as tentativas de manipulação da informação associadas à utilização dos seus serviços. Exortou a UE e os seus Estados-Membros a adotarem medidas adicionais contra a desinformação, nomeadamente através da criação de um regime de sanções no domínio da ingerência estrangeira, incluindo a desinformação, capaz de responder, em tempo útil, a campanhas encetadas por atores externos. Afirmou que os sistemas democráticos plurais são particularmente vulneráveis a este tipo de ameaça, propondo que, nesta temática, só é possível garantir um sucesso sustentável quando as soluções adotadas visam as causas do problema e não o problema em si. Aludiu à falta de resiliência no domínio das infraestruturas críticas, censurando a atual dependência de atores externos nas cadeias de aprovisionamento tecnológico. Por fim, frisou que eventuais medidas a adotar em resposta a esta nova tipologia de ameaça deve respeitar por completo os direitos, liberdades e garantias que caracterizam a União Europeia, reiterando que este equilíbrio é essencial a fim de minorar eventuais limitações à liberdade de expressão.

No debate que se seguiu os Deputados ao Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais sublinharam a urgência na adoção de uma estratégia coordenada a nível europeu, na criação de mecanismos de gestão de crise focados em ingerências externas, na implementação de sistemas de controlo e monitorização de financiamento externo à União e na adoção de um quadro de sanções flexível, direcionado a responder a este novo tipo de ameaça.

A Senhora **Deputada Ilídia Quadrado** (PSD) usou da palavra para sublinhar a pertinência do tema e referir que os avanços digitais globalizados exigem dos países um equilíbrio entre a proteção das liberdades civis e a segurança nacional. Mais disse que as próprias liberdades que caracterizam as democracias liberais facilitam a proliferação da desinformação, dando nota de que a perceção de um processo eleitoral comprometido prejudica a vitalidade do modelo democrático. Salientou o impacto das informações falsas na segurança nacional e na integridade dos vetores tradicionais de disseminação de notícias, instando as redes sociais a aumentarem a monitorização e o escrutínio de atores que ativamente propagam falsa informação. Considerou que a literacia mediática e educativa são fatores essenciais no que respeita à resiliência europeia, frisando que eventuais respostas a esta ameaça devem provir de um diálogo coordenado e amplo com outras democracias liberais. Concluiu reiterando o papel da cooperação na resolução destas temáticas, agradecendo à autora do relatório o trabalho desenvolvido.

Sessão II

Resposta à Ingerência Externa em Cooperação com outras Democracias

Esta sessão foi presidida pelo Presidente da Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre a Ingerência Estrangeira em Todos os Processos Democráticos na União Europeia, incluindo Desinformação, Raphaël Glucksmann. Teve como oradores Laurynas Kasciunas, Presidente da Comissão de Segurança e Defesa do Siesmas lituano, Lia Quartapelle Procopio, membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Assuntos Europeus do Parlamento italiano, bem como uma mensagem vídeo de James Paterson, Presidente da Comissão Conjunta sobre Informações e Segurança do Parlamento australiano.

James Paterson, na mensagem de vídeo transmitida, começou por informar que em 2017, um estudo promovido pelos serviços de segurança identificou a China como o principal ator responsável pela disseminação de informação falsa em território australiano. Em resposta, o executivo de Camberra desenvolveu uma estratégia interna transversal a todas as dimensões do Estado, a fim de combater este fenómeno. No que toca a aprovisionamento tecnológico, informou que o Governo australiano banuiu a Huawei, bem como outras empresas com ligação ao Partido Comunista Chinês, de

competir em contratos relacionados com a expansão da rede 5G, por forma a garantir que as infraestruturas classificadas como críticas não fiquem dependentes da bonomia de atores externos. Também no que respeita ao financiamento dos partidos políticos, informou que foram implementadas restrições a apoios financeiros providenciados por entidades estrangeiras. No referente à academia, deu nota de nova legislação, entretanto aprovada, que obriga as universidades e os centros de desenvolvimento tecnológico a informarem o Governo sobre parcerias e programas de cooperação com organismos sediados em países terceiros. No plano legislativo, salientou a introdução de iniciativas que visam criminalizar a desinformação, em particular quando promovida por outros Estados. Na dimensão externa, referiu que a Austrália tem procurado aumentar a consciencialização desta problemática no contexto regional, promovendo iniciativas que visam capacitar os países do Sudeste Asiático e do Sudoeste do Pacífico para melhor gerir interferências externas e campanhas de desinformação. Para o efeito, desenvolveu uma nova abordagem: a Estratégia Internacional para o Diálogo sobre Tecnologias Críticas e Ciber, um documento que apresenta a visão da Austrália para um Indo-Pacífico resiliente e próspero, capacitado na defesa do seu ciberespaço e de tecnologias críticas, através de programas e ações de formação direcionadas a proteger e promover os interesses das democracias regionais.

Lia Quartapelle Procopio reiterou a necessidade de lidar com esta temática de uma forma coordenada. Aludindo à experiência italiana durante as primeiras semanas da pandemia, referiu que a Itália também sofreu uma infopandemia, espoletada pela propagação de informação falsa, promovida por atores internos e externos. Mais disse que inquéritos e outros mecanismos de monitorização de informação permitiram analisar o impacto desta infopandemia, destacando-se a mudança na perceção do público sobre a perigosidade da doença e sobre a atuação do Estado italiano na respetiva resposta, fruto da rápida disseminação de notícias falsas. Salientou que a narrativa promovida culpava os Alemães pela ausência de material medico-sanitário (máscaras e respiradores), apresentando a China, em contraponto, como um benevolente benemérito. Referiu que a China capitalizou sobre esta perceção enviando um avião com material medico-sanitário, numa aparente ação propagandística, que denotava uma estratégia de comunicação concertada, não-orgânica, articulada e promovida por Pequim. Esta interpretação, referiu, foi habilmente reforçada nas redes sociais, com a interposição de imagens relativas à entrega do referido material no aeroporto, com imagens de cidadãos italianos a aplaudirem o trabalho dos profissionais

médicos à janela de suas casas, procurando transmitir uma ligação entre os dois momentos. O impacto destas atividades fez-se sentir nas sondagens do Eurobarómetro, como apoio à União Europeia a cair em toda a Itália. Fora do contexto da pandemia, sublinhou a fraca resposta ao financiamento externo de partidos políticos, referindo que se trata de uma prática comum em Itália, que não provoca uma condenação generalizada por parte da opinião pública. Prosseguiu, propondo que a identificação de soluções nestas matérias só é viável se existir um largo consenso nacional sobre a tipificação e classificação conceptual de notícias falsas e desinformação, aludindo ao atual bloqueio no parlamento italiano, que não tem conseguido aprovar legislação sobre a matéria. Referiu que o Programa NextGenerationEU é uma oportunidade de excelência para promover a literacia tecnológica e desenvolver infraestruturas críticas, áreas chave no combate a estas novas ameaças. Por fim, mencionou as interdependências complexas que caracterizam os fluxos de aprovisionamento à escala global para frisar a urgência da Europa desenvolver capacidades próprias nesta dimensão, reduzindo a sua dependência em setores estratégicos.

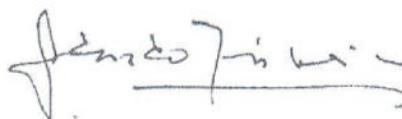
Laurynas Kasciunas começou por afirmar que o século XXI configura-se num momento de afirmação de poder da China, com impacto nas dinâmicas securitárias que caracterizam as relações entre blocos e entre as principais potências. Neste quadro, referiu, urge decidir como melhor proteger a segurança comum da UE, tanto a nível internacional como a nível nacional. Considerou que o ocidente tende a observar o mundo através de uma lente neoliberal, enquanto a China tem vindo a promover políticas protecionistas, procurando reduzir as suas importações ao mínimo. Neste contexto, disse, a indústria avançada da União Europeia não consegue assegurar a sua produção sem recurso a matéria prima e produtos intermédios de origem chinesa, limitando significativamente a autonomia da União em setores tecnológicos de natureza estratégica, como a indústria da defesa. Reiterou que o projeto Chinês procura maximizar o protecionismo e capitalizar sobre a abertura dos mercados internacionais para captar fluxos financeiros e tecnologias, notando que este esforço é efetuado a nível bilateral e, dada a diferenciação de poder entre as partes, alguns países não demonstram grande capacidade de resistência à pressão de Pequim. Sublinhou que o plano económico chinês para o horizonte 2020-2025 tem como propósito assegurar a integração vertical da indústria chinesa, com vista à produção de bens de valor acrescentado, que resultam, em parte, da captura de tecnologias desenvolvidas no ocidente. Opinou que a China pretende ser um ator de relevo nos mercados europeus

através do controlo indireto de setores estratégicos, e assim assegurar o seu acesso a infraestruturas críticas, um vetor de vulnerabilidades para a maioria dos Estados-Membros. Sobre a situação na Lituânia, deu nota do trabalho já desenvolvido com vista a garantir a independência tecnológica do país, em particular no que se refere ao aprovisionamento de infraestruturas críticas. Informou que a Lituânia dá primazia a tecnologias desenvolvidas pelos seus parceiros estratégicos no ocidente, criticando as regras da contratação pública de outros Estados-Membros por serem demasiado permissivas a influências externas. Sublinhou que a Lituânia foi dos primeiros países da União Europeia a adotar um mecanismo de triagem de países terceiros, importante na monitorização do financiamento de empresas estratégicas e na filtragem de fornecedores de tecnologias críticas. Em resultado, a Lituânia limitou o acesso ao mercado 5G a empresas da União Europeia, considerando impensável que países membros da OTAN ficassem dependentes de material chinês para manter as suas redes de comunicação. Mais disse que, em resultado desta decisão, o país está a ser processado por violação das regras de contratação pública da União Europeia. Referiu, a título de exemplo, a recente decisão por parte da Comissão responsável pela avaliação de fornecedores na Lituânia, de bloquear a compra de material chinês para controlo de bagagens em aeroportos. Face ao que precede, preconizou uma revisão da relação entre a União Europeia e a República Popular da China, com vista a assegurar autonomia dos Estados no tocante a decisões sobre aprovisionamento de materiais estratégicos.

Findas as intervenções iniciais, o debate focou-se na urgência em densificar o diálogo com os principais parceiros estratégicos da União, partilhando informação e boas práticas. Foi reconhecido o crescente papel da China nestas temáticas, tendo sido sugerido que a União desenvolva mecanismos de comunicação dedicados a contrapor narrativas externas. Destacou-se a importância de garantir a resiliência dos sistemas eleitorais europeus, das cadeias de aprovisionamento de infraestruturas críticas, com prioridade a fornecedores sediados em democracias similares, bem como da literacia tecnológica da população europeia, em particular através da criação de programas de formação específicos, integrados no projeto NextGenerationEU.

O Senhor Deputado **José Magalhães** (PS) usou da palavra para felicitar o trabalho realizado, classificando o relatório como sólido, com propostas concretas, um verdadeiro grito de alarme para uma temática que urge responder. Notou que o relatório peca por ser tardio, pois a celeridade da evolução tecnológica coloca desafios que a União Europeia não está preparada para lidar. Saliou o rigor técnico do relatório, reconhecendo que também em Portugal persistem lacunas nestas matérias, existindo, contudo, um consenso generalizado na sociedade portuguesa sobre a necessidade de definir e implementar uma estratégia focada na desinformação e na disseminação de notícias falsas. Informou que, embora Portugal tenha tido êxito no combate à desinformação sobre a pandemia COVID19, não está preparado para monitorizar e combater campanhas de desinformação focadas em processos eleitorais, tanto mais que as plataformas utilizadas nestas práticas não estão sediadas na União Europeia. Referiu que Portugal cumpre com as recomendações contidas nos pontos 42 e 45 do relatório, tendo o Parlamento Português aprovado, por unanimidade, uma lei que confere direitos a utilizadores das plataformas em linha à defesa face abusos e à obtenção de informação que contrarie notícias falsas. Em relação à dependência da União Europeia de fornecedores de tecnologia não europeus, concordou que se tratava de um desafio de difícil resposta, notando algum trabalho feito na matéria, nomeadamente a diretiva europeia sobre microcircuitos digitais e a rede europeia Gaia-x. Não obstante a utilidade destas iniciativas, considerou que a cooperação entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu era absolutamente essencial na procura de soluções duradoras, instando a uma maior cooperação entre as partes.

Lisboa, 17 de novembro de 2021



Eduardo Teixeira

**Membro da Comissão de Negócios Estrangeiros e
Comunidades Portuguesas**

Seguem, em anexo os seguintes documentos:

- Documento n.º 1: Programa dos Trabalhos;
- Documento n.º 2: Lista de Participantes